



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

Termo de Fomento nº 133/2025

Processo Administrativo nº **EDOCS 2025-25X04**

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E CENTRO COMUNITÁRIO DO CONJUNTO JOSÉ DE ANCHIETA, TENDO POR OBJETO A REALIZAÇÃO DO TORNEIO "ESTRELAS QUE BRILHAM", NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO PRESENTE INSTRUMENTO E NO PLANO DE TRABALHO.

**O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER inscrita no CNPJ sob nº 07.412.119/0001-10 com sede na Rua Coronel Schwab Filho, s/n – Bento Ferreira – CEP 29050-780 –Vitória/ES, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, neste ato representada pelo Sr. **JOSÉ CARLOS NUNES DA SILVA**, portador da carteira de identidade nº 510121 expedida pela SPTC/ES inscrito no CPF nº 681.653.907-91 e **CENTRO COMUNITÁRIO DO CONJUNTO JOSÉ DE ANCHIETA**, inscrita no CNPJ sob nº 27.327.493/0001-25, com endereço eletrônico ccja.serra@outlook.com, e telefone de contato: (27)99286-0673, com sede na Rua Topázio, S/N – José de Anchieta - CEP 29162-362 – Serra/ES doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pelo presidente da OSC, Sra. **SUELEN MARCELINO DA PENHA DA SILVA**, portadora da carteira de identidade nº 3.212.661/SSP-ES, CPF nº 119.493.167-77, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante o processo administrativo nº **EDOCS-2025-25X04** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

- 1.1 – O presente Termo de Fomento, tem por objeto apoio para realização do torneio "Estrelas que Brilham", conforme detalhado no Plano de Trabalho, Anexo I.
- 1.2 – O Plano de Trabalho, previsto no Anexo I, é parte integrante desse Termo, delimita os objetivos gerais e específicos, bem como define as metas e prevê o cronograma e as diretrizes das ações necessárias à consecução do objeto desse Acordo, conforme estabelecido no artigo 42, parágrafo único da Lei nº 13.019/14.
- 1.3 – Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- 1.4 – É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:  
  
I – delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

II – prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

2.1 – São obrigações dos Partícipes:

**I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:**

- a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;
- b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
- e) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- f) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- g) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- h) designar um gestor da parceria e, na hipótese de esse deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- i) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- j) colaborar com as ações e os projetos executados ou viabilizadas pela organização da sociedade civil e, se possível, auxiliar na elaboração das metodologias e da indicação das metas;
- k) apoiar tecnicamente e institucionalmente a OSC para boa execução, expansão e fortalecimento das ações e/ou projetos implementados por meio desta parceria;
- l) apoiar a divulgação das ações e dos projetos implementadas por meio desta parceria;
- m) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

**II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- c) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- f) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- g) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.
- h) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

3.1 – O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$100.000,00 (cem mil reais).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do Termo de Fomento, recursos no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária abaixo:

- Programa de Trabalho: 10.39.101. 27.812.0159.2596
- Elemento de Despesa: 3.3.50.41
- Emenda Parlamentar: E1245
- Fonte de Recurso: 150000000

**CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

4.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.6 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.7 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

**CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

5.1 – O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da organização da sociedade civil, para:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO**

6.1 – O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 31/12/2025, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da organização da sociedade civil, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, que deverá ser formalizada por Termo Aditivo, sendo, nessa hipótese, dispensada a prévia análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado.

6.3 – Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública estadual promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da organização da sociedade civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.**

7.1 – A administração pública estadual designará um gestor, e respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta parceria, na forma do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.2 – Na hipótese de paralisação das atividades, a OSC deverá informar a administração pública estadual, através do Ordenador de Despesas, no prazo máximo de 15 (quinze), para que possam ser tomadas as devidas providências.

7.3 – O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;

V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles internos e externos, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

**CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

8.1 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

Parágrafo Primeiro. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

Parágrafo Segundo. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 – A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER**

I – relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público-alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Parágrafo Primeiro. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

Parágrafo Segundo. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 – A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo Único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 – O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 – Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES**

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, durante sua vigência, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

9.5 – A atualização do Plano de Trabalho que objetive a adequação do cronograma ou de valores sem a alteração de metas poderá ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento conforme autoriza o art. 57 da Lei nº 13.019/14.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES**

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo Único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES**

11.1 – Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 – Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER**

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO**

12.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, por escrito, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

12.2 – O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

Parágrafo Primeiro - Durante o período de aviso prévio, os direitos e obrigações das Partes previstos nesse Termo manter-se-ão inalterados, salvo se as Partes ajustarem de outra forma.

Parágrafo Segundo - Findo o prazo do aviso prévio, as Partes serão responsáveis somente pelas obrigações que, em razão da natureza pela qual se revestem, sobrevivam ao término do Termo.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

13.1 – A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, e ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

14.1 – Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo resultante das ações envolvidas no âmbito do presente Termo de Fomento terá sua exploração econômica regida por instrumento específico, assegurada sua utilização sem ônus.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E USO DE MARCAS**

15.1 – A divulgação dos atos praticados em razão deste instrumento deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de disseminação de informação e conhecimento, respeitados os direitos autorais.

15.1.1 – Os Partícipes acordam que a utilização de suas respectivas marcas, representadas por seus títulos e logotipos, somente poderá ocorrer com a autorização expressa de seu proprietário.

15.1.2 – Os Partícipes obrigam-se a submeter, previamente e por escrito, à aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste instrumento, a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e congêneres.

15.2 – Não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral de eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Termo de Fomento ou que com ele tenham relação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

16.1 – Durante o desenvolvimento do projeto, as partes se obrigam a manter sob o sigilo os dados e informações referentes às ações consideradas e definidas como confidenciais, não podendo de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento, a terceiros não autorizados, das informações confidenciais trocadas entre os acordantes ou por eles geradas na vigência do presente termo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

17.1 – As Partes reconhecem que, para a execução do Termo, será necessário o tratamento de dados pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), conforme periodicamente alterada, bem como das demais leis e regulamentos relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade que possam ser aplicados a qualquer tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Termo (“Legislação de Proteção de Dados Aplicável”).

17.2 – As Partes se comprometem a somente utilizar as informações e dados pessoais compartilhados para a realização das atividades decorrentes do objeto do presente Termo.

17.3 – As Partes se comprometem a manter registros de todas e quaisquer atividades relacionadas aos dados pessoais compartilhados ou obtidos em decorrência do Termo, fornecendo tais registros sempre que solicitados, de forma justificada.

17.4 – As Partes adotarão todas as medidas técnicas de segurança razoáveis, de acordo com o padrão de mercado e a legislação brasileira, para resguardar os dados pessoais tratados em decorrência do presente Termo, mantendo a outra parte indene de quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de qualquer tratamento de dados realizado em desacordo com esse Termo e/ou a Legislação de Proteção de Dados Aplicável.

Parágrafo Único. Para os fins desta Cláusula, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, conforme definido na LGPD.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

18.2 – E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Vitória/ES, 10 de novembro de 2025

**JOSÉ CARLOS NUNES DA SILVA**  
SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER – SESPORT

**SUELEN MARCELINO DA PENHA DA SILVA**  
CENTRO COMUNITÁRIO DO CONJUNTO JOSÉ DE ANCHIETA



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

# ANEXO I



CENTRO COMUNITÁRIO DO CONJUNTO JOSÉ DE ANCHIETA  
CNPJ 27.327.493/0001-25

## PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO

### ANEXO I - PLANO DE TRABALHO – TERMO DE FOMENTO ou COLABORAÇÃO

(Artigo 22 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015)

<b>DADOS DO PROJETO</b>			
NOME: TORNEIO ESTRELAS QUE BRILHAM			
DATA INÍCIO: 01/11/2025		DATA TÉRMINO: 31/12/2025	
FONTE DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO: Emenda parlamentar nº 1295 do Deputado Estadual Marcelo Santos			
VALOR DO PROJETO: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)			
LOCAL DO EVENTO: José de Anchieta -Serra/ES.			
PARCELAS DE PAGAMENTO: Parcela única.			
<b>DADOS DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC</b>			
Nome da instituição: Centro Comunitário do Conjunto José de Anchieta			
CNPJ: 27.327.493/0001-25			
Endereço: Rua Topázio, S/N			
Bairro: José de Anchieta		Cidade: Serra	Estado: ES CEP: 29162-362
Telefone(s) Celular (es): 27 99286-0673		Fixo (s):	Site:
Endereço eletrônico (e-mail): <a href="mailto:ccja.serra@outlook.com">ccja.serra@outlook.com</a>			
<b>RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO (Quem assinará o instrumento jurídico)</b>			
Nome completo: Suelen Marcelino da Penha da Silva			
Cargo: Presidente		Mandato: Início: 2025	Término: 2027
CPF: 119.493.167-77		Identidade / Órgão Expedidor: 3212661/ SSP	
Endereço: Rua Pau Brasil, 27			
Bairro: José de Anchieta		Cidade: Serra	Estado: ES CEP: 29162-450
Telefone: 27 99286-0673		Endereço eletrônico (e-mail): <a href="mailto:sueleneatreladomar37@gmail.com">sueleneatreladomar37@gmail.com</a>	
<b>RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO</b>			
Nome completo: Víctor Cesar Tristão Pioto Princisval			
CPF: 101.757.217-85		Formação: Administração	





CENTRO COMUNITÁRIO DO CONJUNTO JOSÉ DE ANCHIETA  
CNPJ 27.327.493/0001-25

Telefones: 27 98859-9164		Endereço eletrônico (e-mail): <a href="mailto:consultor.victor@gmail.com">consultor.victor@gmail.com</a>	
<b>OUTROS PARTICÍPE:</b>			
Nome da instituição:			
CNPJ:			
Endereço:			
Bairro:	Cidade:	Estado:	CEP:
Telefone(s):	Fax:	Página na internet (home page):	
Endereço eletrônico (e-mail):			
<b>EXPLORAÇÃO ECONÔMICA</b>			
Bilheteria	( ) Sim ( X ) Não	Valor	
Inscrição	( ) Sim ( X ) Não	Valor	
Patrocinadores	( ) Sim ( X ) Não		
Descrição dos Itens dos patrocinadores e destinações dos recursos oriundos de Exploração Econômica			

Art. 19, inciso I, da Lei nº 13.019 - A proposta a ser encaminhada à administração pública deverá atender aos seguintes requisitos: I – Identificação do subscritor da proposta;

## 1. INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

O presente plano de trabalho tem como objetivo detalhar a realização do Torneio Estrelas que Brilham, com a realização de lutas de jiu jitsu e muay thai, a ser realizado no bairro José de Anchieta, conforme descrito neste plano de trabalho.

## 2. CAPACIDADE TÉCNICA<sup>2</sup>

O Centro Comunitário do Conjunto José de Anchieta, é uma entidade privada sem fins lucrativos, que busca promover o protagonismo do morador de José de Anchieta, promovendo eventos esportivos e culturais.

<sup>1</sup> Art. 22, Inciso I, da [Lei 13.019, de 31/7/2014](#).

(...) descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas.

<sup>2</sup> Art. 33, Inciso V, alínea b e c, da [Lei 13.019, de 31/7/2014](#).





CENTRO COMUNITÁRIO DO CONJUNTO JOSÉ DE ANCHIETA  
CNPJ 27.327.493/0001-25

Já realizou com êxito, diversas parcerias e desenvolveu atividades de relevância pública e social, de acordo com as imagens abaixo, demonstrando a devida capacidade técnica para a realização do projeto.





CENTRO COMUNITÁRIO DO CONJUNTO JOSÉ DE ANCHIETA  
CNPJ 27.327.493/0001-25



### 3. OBJETO

Executar, por meio de termo de fomento, a realização do Torneio Estrelas que Brilham.

### 4. BENEFICIADOS

Os beneficiados nas tabelas abaixo, são uma estimativa de atendimento, podendo ser flexibilizado em uma margem de erro de até 10% para mais ou para menos, de acordo com variáveis de atendimentos, participações, entre outros.

A estimativa de público presente se dará ao longo das etapas do evento.

#### 4.1 QUANTITATIVO DE BENEFICIÁRIOS DIRETOS\* POR ETAPA





**CENTRO COMUNITÁRIO DO CONJUNTO JOSÉ DE ANCHIETA**  
CNPJ 27.327.493/0001-25

Atendimentos	Beneficiários Diretos			Subtotais
	Masculino	Feminino	Faixa Etária	
Torneio Estrelas que Brilham	120	-	Variadas	120
<b>TOTAL GERAL</b>				120

\*Beneficiários diretos: indivíduos que participam das atividades desenvolvidas e recebem apoio direto âmbito. Os beneficiários podem usufruir de outros serviços, de acordo com atendimento e demanda.

## 5. OBJETIVO GERAL

Executar com excelência o Torneio Estrelas que Brilham, promovendo as modalidades de Jiu-Jitsu e Muay Thai em José de Anchieta, com infraestrutura completa, arbitragem qualificada e logística adequada, valorizando atletas, famílias e comunidade local..

## 6. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Garantir a realização das lutas de Jiu-Jitsu e Muay Thai com estrutura esportiva e segurança adequadas.
- Oferecer premiação aos atletas finalistas, reconhecendo o esforço e estimulando o desempenho esportivo.
- Promover a integração social e comunitária por meio do esporte de combate.
- Incentivar a participação de crianças, adolescentes e jovens, utilizando o esporte como ferramenta de inclusão social e prevenção à violência.
- Valorizar o bairro José de Anchieta como espaço de referência esportiva, cultural e comunitária.

## 7. METAS

METAS	INDICADORES	MEIO(S) DE AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DA META
QUALITATIVAS	Realizar um evento esportivo de artes marciais com impacto social e comunitário em José de Anchieta.	Registro audiovisual e relatório descritivo da execução.
	Valorizar os atletas e promover integração familiar e comunitária.	Entrevistas com participantes e avaliação de satisfação.
QUANTITATIVAS	Realizar todas as lutas previstas nos cronogramas de Jiu-Jitsu e Muay Thai (semifinais e finais, por categorias).	Escalas oficiais, súmulas e relatórios técnicos.



CENTRO COMUNITÁRIO DO CONJUNTO JOSÉ DE ANCHIETA  
CNPJ 27.327.493/0001-25

	Beneficiar diretamente cerca de 120 atletas inscritos, entre crianças, adolescentes, jovens e adultos.	Listagens e fichas de inscrição validadas pelas equipes.
--	--	--

## 8. METODOLOGIA

A entidade proponente será responsável pela execução do projeto, de acordo com as informações abaixo.

Data: 08 de novembro de 2025 – Duração do evento: das 9 às 20. Local: Rua Topázio, 89 (cruzamento entre a Avenida das Palmeiras, Rua Topázio e Rua dos Ipês (conhecido como a Feira de José de Anchieta, de acordo com as imagens abaixo:



### Cronograma de Luta | Jiu Jitsu

#### Horários Gerais:

09:00 - Abertura do evento / 10:00 às 12:00 - Competições / 12:00 às 13:00 - Almoço / 14:00 às 20:00 – Competições até o encerramento.

Categoria Masculina: Pré Mirim (04 a 05 anos) - 03 minutos de luta - 5 Lutas - Total: 15 minutos | Mirim (06 a 07 anos) - 03 minutos de luta - 5 Lutas - Total: 15 minutos | Infantil (08 a 11 anos) - 05 minutos de luta - 5 Lutas - Total: 25 minutos | Infante Juvenil (12 a 15 anos) - 05 minutos de luta - 5 Lutas - Total: 25 minutos | Juvenil (16 a 17 anos) - 05 minutos de luta - 5 Lutas - Total: 25 minutos | Adulto (18+) - 05 minutos de luta - 1 Luta - Total: 5 minutos | Tempo total masculino: 1 hora e 50 minutos

Categoria Feminina: Pré Mirim (04 a 05 anos) - 03 minutos de luta - 5 Lutas - Total: 15 minutos | Mirim (06 a 07 anos) - 03 minutos de luta - 5 Lutas - Total: 15 minutos | Infantil (08 a 11 anos) -



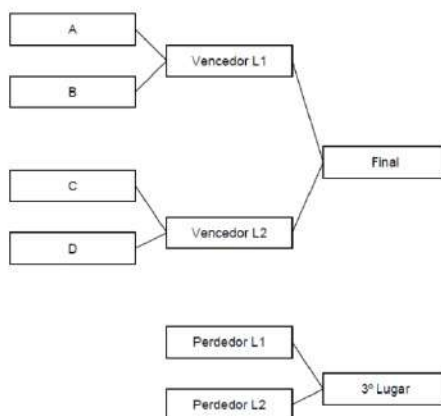


CENTRO COMUNITÁRIO DO CONJUNTO JOSÉ DE ANCHIETA  
CNPJ 27.327.493/0001-25

05 minutos de luta - 5 Lutas - Total: 25 minutos | Infante Juvenil (12 a 15 anos) - 05 minutos de luta - 5 Lutas - Total: 25 minutos | Juvenil (16 a 17 anos) - 05 minutos de luta - 5 Lutas - Total: 25 minutos. | Tempo total feminino: 1 hora e 45 minutos

Regras e Fases da Competição:

1 - Primeira fase – Grupos | Grupo A: Aluno 01 x Aluno 02 → vencedor = Finalista do Grupo A | Grupo B: Aluno 03 x Aluno 04 → vencedor = Finalista do Grupo B | Final: Finalistas do Grupo A e Grupo B se enfrentam → vencedor = 1º lugar Perdedor da final = 2º lugar | Disputa do 3º lugar: Perdedores do Grupo A e Grupo B se enfrentam → vencedor = 3º lugar. Ao todo a competição de JiuJitsu será 3h 35 minutos.



Cronograma de Luta | Muay Thai

Horários Gerais:

09:00 - Abertura do evento / 10:00 às 12:00 - Competições / 12:00 às 13:00 - Almoço / 14:00 às 20:00 – Competições até o encerramento.

Categoria Masculina: • 75 Kg: 4 lutas | 3 Rounds de 1 Minuto: 3 Minutos no total (Round) → 1ª Etapa: Uma luta pelo grupo A e uma Luta pelo grupo B, o vencedor de cada grupo se cruzarão na final. (Luta 1 Grupo A e Luta 2 Grupo B) → 2ª Etapa: Classificado do Grupo A x Classificado do Grupo B, o vencedor será o campeão, o derrotado dessa chave automaticamente fica no Segundo lugar. → 3ª Etapa: Os derrotados (Grupo A e Grupo B) da primeira fase se enfrentam para definir o terceiro colocado. O campeão receberá uma Medalha simbolizando ouro e um troféu, os demais colocados receberão apenas uma medalha, sendo prata para o Segundo colocado e bronze para o terceiro. • 60 Kg: 1 lutas | 3 Rounds de 1 Minuto: 3 Minutos no total (Round) → Etapa única: O vencedor do combate será considerado o campeão. O campeão receberá uma medalha simbolizando ouro. 50 Kg: 2 Lutas | 3 Rounds de 1 Minuto: 3 Minutos no

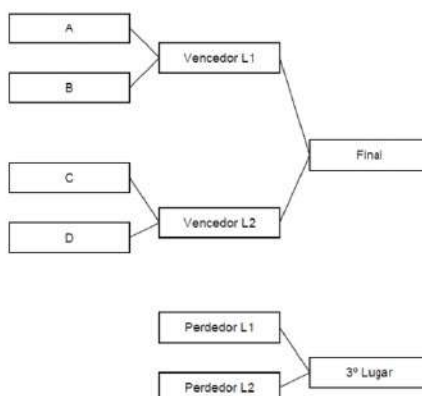


CENTRO COMUNITÁRIO DO CONJUNTO JOSÉ DE ANCHIETA  
CNPJ 27.327.493/0001-25

total (Round) → Etapa única: O vencedor do combate será considerado o campeão. O campeão receberá uma medalha simbolizando ouro.

Categoria Feminina: • 45 Kg: 1 lutas | 3 Rounds de 1 Minuto: 3 Minutos no total (Round)  
→ Etapa única: A vencedora do combate será considerada a campeã. A campeã receberá uma medalha simbolizando ouro. • 55 Kg: 1 lutas | 3 Rounds de 1 Minuto: 3 Minutos no total (Round)

→ Etapa única: A vencedora do combate será considerada a campeã. A campeã receberá uma medalha simbolizando ouro. Du



## 9. JUSTIFICATIVA

A realização do **Torneio Estrelas que brilham** representa uma ação estratégica de valorização do esporte de base em um dos bairros mais importantes da Serra. A proposta contempla a prática das modalidades de Jiu-Jitsu e Muay Thai, envolvendo diretamente crianças, adolescentes, jovens e adultos, reforçando o protagonismo da comunidade.

O evento contribui para a ocupação saudável dos espaços públicos, a mobilização comunitária e a integração social, gerando efeitos positivos na autoestima coletiva, na prevenção à violência e no fortalecimento de vínculos familiares. Além disso, promove o reconhecimento de talentos locais, estimula a disciplina, o respeito e a inclusão social por meio do esporte, fortalecendo a identidade cultural do bairro José de Anchieta.

Assim, o projeto apresenta relevância pública e social, ao mesmo tempo em que amplia o acesso da população a atividades esportivas de qualidade, em consonância com as diretrizes da SESPORT e do Programa Estadual de Esportes.



## 9.1 RELEVÂNCIA SOCIAL

O Torneio Estrelas que brilham se destaca pela relevância social, uma vez que oferece alternativas positivas para jovens em situação de vulnerabilidade, utilizando o esporte como ferramenta de transformação social.

### Principais impactos esperados:

- Redução de situações de risco social por meio da ocupação saudável do tempo livre;
- Promoção da integração comunitária, estimulando o convívio familiar e o fortalecimento de laços sociais;
- Oportunidade para crianças e jovens desenvolverem disciplina, respeito e valores éticos através das artes marciais;
- Valorização do bairro José de Anchieta como polo esportivo e cultural.

## 9.2 PROPOSIÇÃO DO PROJETO EM ALINHAMENTO AOS VETORES

### Vetores a serem trabalhados em relação ao objetivo do projeto:

Vetores	Seleção
Alto Rendimento	( )
Esporte Educacional	( )
Esporte de Participação	( X )
Esporte de Formação	( X )

### Núcleos Conceituais a serem trabalhados transversalmente:

Núcleos Conceituais	Seleção
Cultura	( X )
Turismo	( )
Meio Ambiente	( )
Saúde	( X )

### Justificativa do alinhamento dos Vetores e Núcleos Conceituais

O projeto está alinhado ao vetor **Esporte de Participação**, por promover atividades acessíveis à comunidade, incentivando o lazer e a convivência social. Também se conecta ao vetor **Esporte de Formação**, ao estimular a iniciação esportiva de crianças e adolescentes, contribuindo para o desenvolvimento de novos talentos.





CENTRO COMUNITÁRIO DO CONJUNTO JOSÉ DE ANCHIETA  
CNPJ 27.327.493/0001-25

Nos Núcleos Conceituais, o torneio valoriza a **Cultura**, ao reforçar a identidade comunitária e esportiva do bairro, e fortalece a **Saúde**, ao incentivar hábitos saudáveis, combater o sedentarismo e promover o bem-estar físico e mental dos participantes.

## 10. CUSTOS<sup>3</sup>

No valor dos custos, estão relacionadas as contratações referentes à estrutura, sendo o valor integralizado diretamente no item 10.1 e detalhado no item 10.2.

Nos custos listados na tabela 10.2, a contratação será integralmente da pessoa jurídica contratada, que fará o gerenciamento dos recursos humanos envolvidos, com isso, os serviços de pessoas físicas, estarão subordinados ao contratante, que será inteiramente responsável pela alocação, conforme detalhado abaixo. A coluna do balizamento, foi suprimida, visto que todos os itens são condições *sine qua non* para a correta execução do evento. Os detalhamentos estão disponíveis no mapa comparativo de preços.

10.1 ORÇAMENTO RESUMIDO				
Código	Especificação	SESPORT (concedente)	Proponente (contrapartida)	Total
3.3.50.4 3	Materiais			
	Serviços de Terceiros – Pessoa Física	-	-	--
	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 100.000,00	-	R\$ 100.000,00
TOTAL				R\$ 100.000,00

10.4 ORÇAMENTO ANALÍTICO					
1 - N o	2 - Detalhamento da Ação  Item	3 – Qtd.	4-Un. Medida	5 - Valor Unitário	6 – Total (3x4x5)
1. Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.					
1	Mesa plástica na cor branca, fabricada em polipropileno, resistente, comprimento 70cm, largura 70cm, altura 70cm, distância entre as pernas 70,5cm. Lateral 34x15cm. Com toalhas impermeáveis.	20	Und	R\$ 10,00	R\$ 200,00

<sup>3</sup> Art. 19, inciso III e Art. 22, inciso II-A, da [Lei 13.019, de 31/7/2014](#).



**CENTRO COMUNITÁRIO DO CONJUNTO JOSÉ DE ANCHIETA**  
**CNPJ 27.327.493/0001-25**

2	Cadeira de plástico na cor branca, sem braço, fabrica em polipropileno, com resistência de 140 kg, largura 40cm, altura 78cm, altura do acento 45cm, profundidade 50cm, comprimento 50cm.	100	Und.	R\$ 4,00	R\$ 400,00
3	Grade de isolamento para contenção de público, confeccionado em estrutura metálica de metalon 50 x 50, galvanizado, na cor prata, com solda eletrônica, calandrado nas extremidades, com espaçamento de 10cm entre os vãos. Para demarcação da área do evento. (Em metros lineares).	90	Mt/Lin	R\$ 30,00	R\$ 2.700,00
4	Tenda médio porte com fechamento (100m²), tipo chapéu de bruxa, confeccionada em estrutura metálica, cobertura em lona vinílica com blackout na cor branca, autoextinguível com flamabilidade regulamentada, calandrada, reforçada em suas extremidades, com regulagem do pé direito de no mínimo 2,5m de largura, conforme área de montagem, em bom estado de conservação.	1	Kit	R\$ 4.100,00	R\$ 4.100,00
5	Estrutura Backdrop em treliça de alumínio Q30, apoiado em sapatas, reforçado e fixado através de catracas de cinta para os quatro lados e sinalizado, totalizando 45 metros lineares. Para sustentação de comunicação visual.	1	Und	R\$ 2.200,00	R\$ 2.200,00
6	Estrutura Portal em treliça de alumínio Q30, apoiado em sapatas, reforçado e fixado através de catracas de cinta para os quatro lados e sinalizado, totalizando 60 metros lineares. Com regulagem do pé direito de no mínimo 2,5m de largura. Para sinalização de entrada do evento.	1	Und.	R\$ 3.100,00	R\$ 3.100,00
7	Palco em estrutura metálica, com piso em alumínio reforçado antiimpacto a 0,50 cm do chão, totalizando 40 m². Com rampa de 3m de comprimento e 1m de largura, corrimão com tubo galvanizado, com proteção antiqueda e aterramento.	1	Und.	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
8	Estrutura Quadro de metalon, confeccionado em estrutura metálica de 50x50, galvanizado, com solda eletrônica, calandrado, com armação em vergalhão 2mm em toda a sua extremidade em m². Para sustentação de comunicação visual.	20	M²	R\$ 20,00	R\$ 400,00
9	Comunicação visual confeccionada em lona 440g, trama mínima de 300x300, super titanium, em impressão colorida 4x0, com acabamento em solda; reforço em ilhós em toda a sua extremidade. Para distribuição e fixação em toda área publicitária do evento, em m².	112	M²	R\$ 55,00	R\$ 6.160,00
10	Estrutura Wind Banner, confeccionada em estrutura metálica de metalon 30 x 30, galvanizada com solda eletrônica, com armação em vergalhão 2mm em toda a sua extremidade. Com 4m de altura e 1m de largura e sapata para sustentação ao solo de 15kg. Para sustentação de comunicação visual em dupla face.	17	Und.	R\$ 200,00	R\$ 3.400,00
11	Sonorização digital, com sistema line frontal, com subgrave, graves, médio graves, periférico de controle de som, com mesa digital, sonorização EchoFull, 02 microfones sem fio UHF sem corte de frequência; equalizador com divisão de faixa musical, para equilíbrio do volume das músicas mantendo 10db e potência total de 10000 watts; interligado a notebook com configuração mínima (Processador Core i5 e 12GB de memória) cabos, plugs, conectores e instalação elétrica blindada, antichoque, com aterramento. Para atendimento durante 06 horas.	1	Kit	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
12	Iluminação cênica suspensa em grid de Q30, através de moving beam, par Led's, ribalta RGBW, fumaça, totalizando 10.000 watts, com instalação por cabo digital 4 vias, mesa de controle digital para realização de cênica e criação de cenas personalizadas na entrada, na disputa e saída de acordo com o projeto individual de cada atleta.	1	Und.	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
13	Gerador de energia elétrica com produção de 10.000 watts, silenciado, com caixa de barramento e cabos para conexão. Incluindo abastecimento, transporte, instalação e operação.	1	Serv.	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00
15	Caixa Térmica com 40kg de gelo, 600 águas sem gás (garrafa 500ml) para hidratação de atletas e staffs técnicos.	1	Kit	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00





**CENTRO COMUNITÁRIO DO CONJUNTO JOSÉ DE ANCHIETA**  
**CNPJ 27.327.493/0001-25**

16	Serviço de logística de materiais em veículo truck com baú. Para carga e descarga, com profissionais responsáveis durante a montagem e desmontagem do evento.	1	Und.	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00
17	Divulgação Volante, através de veículo sonorizado, para circulação de avisos referente ao evento. (4 horas por dia).	4	Serviço	R\$ 160,00	R\$ 640,00
18	Blimp inflável 2,5m de diâmetro, impresso em lona 440g, trama mínima de 300x300, super titanium, em impressão colorida 4x0, logomarca caracterizada, com acabamento em solda e reforço em ilhós em toda a sua extremidade.	2	Und.	R\$ 4.200,00	R\$ 8.400,00
19	Tatame composto de espuma de alta densidade, constituída de grânulos de poliuretano de 8mm de diâmetro, prensados e aglutinados, com densidade de 250kg/m³, com base recoberta por uma camada de 30mm de espessura de látex, em formato "colmeia" antiderrapante, com placas de 1x1 metro, totalizando 100m² por área.	1	Kit	R\$ 6.100,00	R\$ 6.100,00
20	Estrutura Grid em treliça de alumínio Q30, montado ao redor da área de combate, totalizando 80 metros lineares em e, suspendendo iluminação a 6 metros de altura, com todo cabeamento embutido e protegido, fixado através de catracas de cinta para os quatro lados e sinalizado.	1	Und.	R\$ 4.600,00	R\$ 4.600,00
21	Serviços de Staff técnico operacional uniformizado especializado para atuar durante a execução do evento composto por organizadores, carregadores e montadores de estrutura; operadores de som e equipamentos; equipes de limpeza e segurança; fotógrafo, filmador e assessoria.	1	Serviço	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
22	Serviços de Staff técnico operacional uniformizado especializado para atuar na arbitragem do evento.	1	Serviço	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
23	Assessoria de desenvolvimento de marketing e design gráfico com serviço de criação e edição de layouts, vídeos, imagens, áudio, divulgação em redes sociais e veículos sonorizados.	1	Serviço	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00
24	Banheiro Químico, montagem e desmontagem, contendo vaso sanitário e mictório, com estrutura fabricada em polietileno de alta densidade. Placas nas portas indicando masculino ou feminino	2	Und.	R\$ 800,00	R\$ 1.600,00
Valor total para a execução do evento.				R\$ 100.000,00	

## 11. PREVISÃO DE RECEITA<sup>4</sup>

Considerando que não haverá receita com inscrições, bilheteria e outras participações, não haverá previsão de receita de contrapartida da entidade.

A memória de cálculo das despesas do evento, está discriminada no item acima, onde todos os itens do evento, serão utilizados de forma integral para a correta execução deste plano de trabalho.

## 12. RELAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS

Os recursos humanos diretamente envolvidos no projeto, serão exclusivamente de pessoal contratado terceirizado, junto à empresa responsável por todos os objetos; garantindo assim toda a execução dos objetos. Os responsáveis pela OSC e os diretamente envolvidos pela entidade, não serão remunerados com os recursos do termo de fomento / colaboração.

## 13. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

**CONCEDENTE – TESOIRO MUNICIPAL**

<sup>4</sup> Art. 19, inciso III e Art. 22, inciso II-A, da [Lei 13.019, de 31/7/2014](#)



CENTRO COMUNITÁRIO DO CONJUNTO JOSÉ DE ANCHIETA  
CNPJ 27.327.493/0001-25

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
					R\$ 100.000,00	

**PROPONENTE (CONTRAPARTIDA)**

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
		-				

**14. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO**

Considerando as variáveis inerentes à execução do projeto, apresentamos na tabela abaixo, as etapas / fases preliminares, que podem ser alteradas / modificadas, de acordo com a avaliação da concedente.

**14.1 METAS A SEREM EXECUTADAS:**

META	ETAPA/ FASE	ESPECIFICAÇÃO	DURAÇÃO	
			INICIO	TÉRMO
1	Etapa 1	REUNIÃO DE ALINHAMENTO, BALIZAMENTO, DIRETRIZES E PARAMETRIZAÇÃO DO EVENTO.	01/11/2025	01/11/2025
1	Etapa 2	MONTAGEM, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PROPOSTOS NA METODOLOGIA, COM ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DURANTE O PERÍODO ESPECIFICADO NA CIDADE DE SERRA E DESMONTAGEM DA ESTRUTURA	08/11/2025	08/11/2025
1	Etapa Final	PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PROJETO, COM APRESENTAÇÃO DE NOTAS FISCAIS, COMPROVANTES E RELATÓRIOS	09/11/2025	09/01/2026

**15. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO**

De acordo com a legislação da Lei 13.019/2014 e 13.204/2015, a entidade promoverá juntamente com a concedente e os parceiros, a divulgação de todas as ações deste projeto.

O evento será divulgado em veículos de comunicação de imprensa pública, e redes sociais, além de divulgação volante próximos aos locais dos eventos. A proponente se compromete a divulgar o evento de acordo com os custos elencados no orçamento analítico (item 10) deste plano de trabalho. Além disso, a concedente divulgará a parceria e as ações no site institucional, além de parceiros





CENTRO COMUNITÁRIO DO CONJUNTO JOSÉ DE ANCHIETA  
CNPJ 27.327.493/0001-25

(igrejas, centros comunitários, CRAS, associações, comércios, postos de saúde, escolas e mídia) que trarão a devida lisura e publicidade.

Haverá ainda a previsão de comunicação por camisas alusivas, fornecidas por parceiros patrocinadores, além de divulgação volante, por meio de veículo sonorizado, de acordo com o orçamento analítico, presente neste plano de trabalho no item 10. Prevemos ainda a divulgação através de mídia espontânea através de parcerias entre emissoras de rádio de TV.

## 16. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, a formalização da parceria entre a entidade e o Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Esportes (SESPORT) se mostra vantajosa ao interesse público, por todos os benefícios elencados.

## 17. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto à Secretaria de Estado de Esportes e Lazer - SESPORT, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem débitos de qualquer natureza junto a quaisquer órgãos ou OSCs da Administração Pública Estadual, que impeçam a transferência de recursos oriundos de dotações consignados no Orçamento do Estado do Espírito Santo, na forma deste Plano de Trabalho.

Em, 02 de outubro de 2025.

## 18. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovo o presente Plano de Trabalho.

Serra (ES) \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

Local e Data

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**JOSÉ CARLOS NUNES DA SILVA**  
SECRETARIO DE ESTADO  
SESPORT - SESPORT - GOVES  
assinado em 10/11/2025 14:40:42 -03:00

**SUELEN MARCELINO DA PENHA DA SILVA**  
CIDADÃO  
assinado em 10/11/2025 15:45:54 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 10/11/2025 15:45:55 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por ANA CAROLINA SANTOS PENIDO (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - MGS - SUBCON - SESPORT - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-TGSB1C>